ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 54

AGOSTO DE 2006

ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

Rua dos Ilhéus, 118 sobreloja 9 - Ed. Jorge Daux
CEP 88.010-560 - Florianópolis - SC
Fone/fax: (48)3222-2748

A **AFSC**, fundada em 06/08/1938, é uma Entidade sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual 542 de 24/09/1951 e pela Lei Municipal 970 de 20/08/1970.

A **AFSC** é filiada à **FEFINUSC** - Federação Filatélica e Numismática de Santa Catarina, à **FEBRAF** - Federação Brasileira de Filatelia e à **FEFIBRA** - Federação dos Filatelistas do Brasil.

A AFSC desenvolve um importante trabalho de divulgação do colecionismo em geral, além da edição deste Boletim Santa Catarina Filatélica. Anualmente, realiza, segundo uma programação estabelecida em conjunto com as demais Associações do Estado de Santa Catarina, o seu tradicional Encontro de Colecionadores.

Todas as publicações e convites para realizações da AFSC são enviados aos sócios, Clubes e Associações congêneres. Há também uma biblioteca especializada à disposição dos associados na Sede da AFSC.

Para suporte aos dispêndios decorrentes das atividades referidas, a AFSC depende principalmente da arrecadação das anuidades pagas por seus associados, que podem ser das seguintes categorias:

Efetivos - residentes na Grande Florianópolis com idade a partir de 18 anos .... R$50,00

Juvenis - residentes na Grande Florianópolis com idade inferior a 18 anos .... R$10,00

Correspondentes no Brasil - residentes fora da grande Florianópolis .... R$20,00

Correspondentes no Exterior - residentes em outros países .... US$ 35,00

Associe-se. Remeta à Associação a ficha da página 46, devidamente preenchida, acompanhada de cheque nominal à AFSC, ou de cópia do recibo de depósito na conta 043.944-7, agência 055-8, banco 027 - Banco do Estado de Santa Catarina - BESC.

Ao pagar a anuidade, você terá direito também a um anúncio de texto, gratuito, no site:

www.afsc.org.br

EDITORIAL

Aos colecionadores, apresentamos mais um número do nosso Boletim Informativo, com o que procuramos estabelecer a periodicidade semestral.
Na sua elaboração, a diversidade dos temas tratados nos artigos foi uma grande preocupação. São interessantes os estudos feitos sobre moedas e carimbos postais, bem como os questionamentos levantados.
Desta forma, a AFSC contribui para a divulgação da filatelia, numismática, cartofilia e outras modalidades de colecionismo.
Este boletim está, na íntegra, em nosso site na internet, onde também procuramos apresentar matérias e notícias de interesse do colecionador, estabelecendo um vínculo dinâmico com nossos associados e apreciadores do colecionismo.
Agradecemos a todos os que colaboraram para a realização deste Santa Catarina Filatélica número 54.
Boa leitura!

A Diretoria.

ÍNDICE GERAL

CARIMBOS JAPONESES EM CIRCULAÇÃO

Daniela Suzuki - Florianópolis, SC

Este artigo conclui a série iniciada no último número deste boletim, em que apresentamos a **Parte 1 - Calendário japonês e gregoriano.** Agora apresentaremos:
Carimbos datadores - Carimbos utilizados atualmente pelas agências dos Correios para obliterar as correspondências nacionais e internacionais;
Carimbos vermelhos - Suas variações e vocação para a filatelia temática.

Parte 2 – Carimbos datadores

Mesmo com a modernização ocorrida na Era Meiji e a ocidentalização, promovida por pensadores como Yukichi Fukuzawa (1835-1901), os Correios japoneses permanecem com carimbos de circulação interna com escrita e calendário japoneses. Um outro carimbo foi adotado para as correspondências internacionais, com escritas romanas e calendário gregoriano. Os Correios abraçaram a modernização mas mantiveram a tradição e a cultura. No intuito de globalizar, sem perder suas raízes culturais, o Japão apresenta: carimbos diferentes para correspondências nacionais e internacionais; para grandes quantidades de correspondências (empresas); para vários selos em uma mesma correspondência; Ano Novo; Primeiro Dia de Circulação.
Segue uma classificação e exemplos destes carimbos.

Carimbo manual de expedição nacional
(***Wabun-marugata-in***)
Um instrumento existente para obliterar os selos utilizados nas correspondências que têm como destino o próprio Japão. Registra a data de expedição no calendário japonês.

Carimbo manual de expedição internacional
(***Ohbun-marugata-in***)
Carimbo utilizado para obliteração de correspondências internacionais. O carimbo apresenta Dia.Mês.Ano no calendário gregoriano.

Máquina datadora
(***Wabun-kikai-in***)
Obliterador utilizado na maioria das agências de correio que coletam e enviam grandes quantidades de correspondências por *Daiisshu yubin* (forma de envio, primeira classe). Cartas e documentos de empresas, para peso de até 25g custam, atualmente, 60 ienes.

Máquina datadora com caracteres em japonês e romano
(***Waohbun-kikai-in***)
Obliterador postal utilizado para muitas correspondências *Daiisshu yubin,* nas grandes cidades, em remessas internacionais.

Datador cilíndrico em algarismos romanos
(***Wabun-roller-in***)
Carimbo utilizado para correspondências com tamanhos fora do padrão (grandes envelopes), com muitos selos para obliterar e cujo destino seja o próprio Japão.

Datador cilíndrico em inglês
(***Ohbun-roller-in***)
Similar ao *Wabun-roller-in*, mas destinado às correspondências internacionais.

Carimbo de Ano Novo
(***Nenga-in***)
Carimbo utilizado nas correspondências do Ano Novo (***Oshougatsu***).
Máquinas datadoras também existem.
No Japão, a tradição é enviar cartões de boa entrada para o Ano Novo (*Nengajou*). Este costume é tão popular que, anualmente, são enviados pelos Correios em torno de 4,2 bilhões de cartões de Ano Novo.

Carimbo *Hato* nacional
(***Wabun-hato-in***)
Carimbo manual, nacional, com o desenho de um pombo. Utilizado como um datador de primeiro dia de circulação nas principais agências de correio, quando um novo selo é lançado. O uso do *Wabun-hato-in* começou em 1965, o 40º ano da Era *Showa*. O carimbo tem o diâmetro de 24mm.

Carimbo *Hato* internacional
(***Ohbun-hato-in***)
É um datador para postagens internacionais, com o desenho de um pombo. Quando um novo selo é lançado sem um carimbo comemorativo específico, este carimbo é utilizado como carimbo de primeiro dia de circulação. O carimbo tem o diâmetro de 27 mm.

Máquina datadora *Hato*
(***Kikai-hato-in***)
Máquina datadora com o símbolo do pombo, identificando o primeiro dia de circulação de um selo.

Referências:
Carimbos do Japão: www1.linkclub.or.jp/~tzdr/index.html
Serviço postal japonês: www.post.japanpost.jp/
Três grandes personalidades marcantes da Era Meiji. Jornal Nippo-Brasil: www.nippobrasil.com.br/

Parte 3 – Carimbos vermelhos

A variedade de temas nesses carimbos demonstra sua utilização na filatelia temática. Os temas apresentados são variados, tais como: animais, objetos, aviões, insetos, flores, cenários, entre outros. Esses carimbos têm o diâmetro maior do que o de carimbos datadores e são sempre obliterados na cor vermelha. A seguir apresentamos uma breve classificação desses carimbos, bem como alguns exemplos de temas abordados.

carimbo em preto, incomum

Carimbo de cenário
(***Fukei-in***)
Carimbo datador com ilustração de paisagem. As ilustrações são relativas a lugares famosos, centros históricos e produtos especiais dos locais onde as agências de correio estão localizadas. O uso de *Fukei-in* começou em 1931. Originalmente, os *Fukei-in* foram elaborados com o intuito de fornecer alguma lembrança para os viajantes. O carimbo tem o diâmetro de 36mm.

Fukei-in da agência de Ginza 3
Desenho: um ator de Kabuki (Benkei).
Utilizado desde 9 de Setembro de 1997.

Carimbo comemorativo pequeno
(***Kogata-in***)
Carimbo datador para eventos comemorativos locais. Usado somente durante o evento. O carimbo tem o diâmetro de 32mm.

Kogata-in da agência de Narugo
Desenho: *Kokeshi*, uma tradicional boneca de madeira japonesa.
Utilizado durante o 44º Festival de Kokeshi (5-6 de Setembro de 1998).

Carimbo comemorativo grande
(***Toku-in***)
Carimbo que comemora um evento nacional. Utilizado nas 125 principais agências dos Correios, com um novo selo. Máquinas datadoras alusivas ao evento são utilizadas em 9 agências de correio juntamente com o carimbo. O carimbo tem o diâmetro de 36mm.

Toku-in para os selos da semana da escrita de cartas internacionais.
Primeiro dia: 8 de Outubro de 1997 (9º ano de Hansei).

Na página seguinte:
Toku-in com carimbo e máquina datadora. Carimbo comemorativo para a Semana Filatélica. Dias de circulação: 19 a 25 de Abril de 2002. O carimbo apresenta a cena de *Kamo*, e a máquina datadora *Kurabeuma*, corrida de cavalos em *Kamo*, *Kyoto*.

Carimbo ilustrado de Hato
(***Eiri-hato-in***)
Utilizado como um carimbo de primeiro dia de circulação, quando não existe um carimbo *Toku-in*. Utilizado em 61 agências quando um novo selo é lançado. Uma máquina datadora é utilizada em 9 agências centrais juntamente com o carimbo. O carimbo tem o diâmetro de 36mm e o desenho de um pombo.

Eiri-hato-in para os selos da “Casa do Japão”.
Primeiro dia : 28 de Novembro 1997 (9º ano de Hansei).

TEMAS

avião

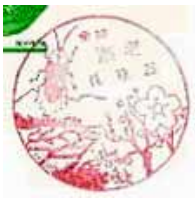
nave espacial

navio

bicicleta

telecomunicações | relógio | gato | cogumelo

rato | trem | farol | lagosta e farol

moinho | ponte e baleia | borboleta | mariposa e flor

cigarra | cachorro | coala | veado

<u>Referências:</u>

Carimbos do Japão: http://www1.linkclub.or.jp/~tzdr/index.html
Serviço postal japonês: http://www.post.japanpost.jp/
Dekasseguis S/A: http://www.desa.com.br/

COLÔNIA SANTA TERESA

Luis Claudio Fritzen - Florianópolis, SC

No dia 11 de março de 1940, na região da grande Florianópolis, o presidente Getúlio Vargas inaugurava a “Colônia Santa Tereza”, destinada a recolher os leprosos catarinenses. O local era conhecido como Fazenda e estava situado no interior do município de São José - atualmente, em área pertencente ao município de São Pedro de Alcântara, face à sua emancipação.

A lepra é uma doença epidérmica, contagiosa e incapacitante, chamada também de Mal de Hansen ou, ainda, de Doença de São Lázaro. Ela é conhecida desde a antigüidade – há registros dessa patologia na própria Bíblia –, e chegou à Europa levada pelos Cruzados do Oriente. Era um mal secularmente temido e interpretado como castigo divino ante a ausência de tratamento eficaz. Por isso, os portadores de tal enfermidade eram compulsoriamente confinados nos chamados leprosários. Os leprosários foram, sem dúvida, um efeito secundário cultural da lepra, uma das doenças infecciosas mais mortais e mutiladoras de todos os tempos.
No Brasil, foi criada uma rede de leprosários, controlada pelo Departamento Nacional

de Endemias Rurais do Ministério da Saúde.

A Colônia Santa Tereza foi bem planejada e bem construída. Era uma pequena cidade com ruas e alamedas geometricamente traçadas, onde se encontrava tudo aquilo que qualquer outra cidade tem para funcionar com eficiência. Havia hospital, escola, cartório, casa comercial, delegacia, cinema com várias dependências – apelidadas de cassino –, igreja, cadeia, residências das famílias, praça de esportes, pavilhões, oficinas e, também, um cemitério. As casas eram pintadas de branco, com pequenos detalhes em cinza.

Até uma estação de rádio, bem equipada para a época, foi instalada. Por falta de requisitos legais, mais tarde, suas portas foram fechadas e lacradas.

Essa pequena cidade, Colônia Santa Tereza, distinguia-se das demais cidadezinhas vizinhas, pois seu acesso era feito por uma portaria, onde funcionários se revezavam ininterruptamente para controlar quem entrava e saía. Havia um outro portão, de ferro, quase nunca aberto.

Para a Colônia, vinham, compulsoriamente, os leprosos de Santa Catarina. Aqueles enfermos que não quisessem entrar por vontade própria, eram trazidos pela polícia. Os pertences dos doentes eram destruídos e queimados. Da Colônia, os leprosos não mais saiam.

Esse leprosário chegou a ter 700 pacientes em regime fechado.

Foi somente nos anos 60 que a doença passou a ser chamada hanseníase em vez de lepra, e seu tratamento passou a ser ambulatorial. Foi abolida a internação, exceto em alguns casos.

O perfil da Colônia Santa Teresa mudou, sendo transformada em hospital, atendendo nas áreas de dermatologia, psiquiatria e recuperação de dependentes químicos.

MOEDAS DO LEPROSÁRIO

Havia um pequeno comércio no interior da Colônia Santa Tereza. Nada saía sem controle oficial. Ora, para existir comércio era necessário numerário, e como não podia haver a circulação do dinheiro nacionalmente vigente, foi idealizada a fabricação de um outro dinheiro, somente para uso local.

Essa idéia permitiria o não manuseio do dinheiro vigente, evitando-se, assim, que a doença se espalhasse mais facilmente. Por isso, não é de se estranhar a existência de numerário próprio.

O pedido da feitura desse dinheiro foi efetuado à Siderúrgica Eberle, da cidade de Caxias do Sul, RS.

A EBERLE SA, que era então uma pequena funilaria, foi fundada em 02 de abril de 1896, por Abramo Eberle, para fabricar lamparinas. Em 1918, a empresa Abramo Eberle & Cia iniciou a fabricação de talheres, objetos de cutelaria e pertences para mesa. Entre 1923 e 1928, foi instalada a primeira forjaria, passando a produzir lâminas, espadas e botões de pressão. Por essa experiência, recebeu a encomenda para fabricação das moedas da C.S.T.

Encontramos cinco exemplares desse dinheiro, com valores faciais de 1.000, 500,

300, 200 e 100 Réis. No reverso, todas apresentam as iniciais C.S.T., com os pontos em ligeiro declive para a direita.

Vejamos detalhadamente cada uma delas:

300 RÉIS
Espessura – 950 µ
Peso – 2,66 gramas
Diâmetro – 2,3 cm

1.000 RÉIS
Espessura – 1.120 µ
Peso – 4,4 gramas
Diâmetro – 2,7 cm

200 RÉIS
Espessura – 900 µ
Peso –2,5 gramas
Diâmetro – 2,3 cm

500 RÉIS
Espessura – 980 µ
Peso – 3,36 gramas
Diâmetro – 2,5 cm

100 RÉIS
Espessura – 850 µ
Peso – 1,7 gramas
Diâmetro – 2,0 cm

REVERSO:
Idêntico para todos os exemplares.

A reforma monetária brasileira de 05 de outubro de 1942 não afetou o comércio interno, que continuou a usar as moedas com o padrão Mil Réis.
Hoje, tais moedas são comercializadas, geralmente, em séries completas, com os cinco exemplares. Quando encontradas avulsas, são mais raras aquelas de 300 Réis, talvez por terem sido as mais utilizadas no interior do leprosário, exatamente o valor do ingresso no cinema...

TOPÔNIMOS E GÊNESES

Demétrio Delizoicov - Florianópolis, SC

A origem, ou gênese, do nome do lugar - isto é, do topônimo - por onde circulam correspondências tem um papel importante na filatelia. Por sua enorme diversidade, os topônimos de agências postais permitem ao filatelista temático explorá-los de modo a incluir, em sua coleção, peças filatélicas de diferentes períodos históricos. São necessários, contudo, além de criatividade, os conhecimentos filatélico e temático para que haja um emprego consistente. Tem crescido a exigência de uma explicitação da toponímia nas coleções temáticas, com alguma razão, considerando, sobretudo, as situações em que não se reconhece de imediato a articulação filatélico-temática de um particular topônimo, usado no desenvolvimento de determinado tema.

Por sua vez, mesmo em situações que parecem evidentes, a toponímia engrandece a coleção, acrescentando-lhe relativo peso, podendo, ainda, evitar equívocos. São esses os principais motivos que levam, cada vez mais, a abordagem toponômica às coleções. Seria danosa para o desenvolvimento de coleções temáticas a exigência de parcimônia no emprego de topônimos, particularmente, ao se ter como referência a potencialidade das agências postais brasileiras para articulações temáticas. Trata-se, então, da exigência de um uso criterioso.

Os estudos de Reinhold Koester sobre os carimbos clássicos brasileiros dão contribuição significativa para aprofundar a questão dos topônimos e sua presença nas coleções. Alguns dos estudos foram publicados em artigos, sob a denominação "*Carimbologia do Brasil Império*", na Revista Brasil Filatélico, em números editados nas décadas de 1960, 1970 e 1980 e, outros, em várias publicações com a denominação "*Carimbologia do Brasil Clássico*", tais como a que tem o subtítulo: As agências Plataforma – Purificação (XXXII), Rio de Janeiro: Presença Edições, 1992. Ainda que os artigos tenham tido por objetivo mais propriamente a história postal, pode-se encontrar, para alguns casos, a toponímia de agências. Neste artigo, tendo esses estudos de Koester como referência principal, situações paradigmáticas serão focadas com a intenção de explorar possibilidades que orientem a toponímia para uma articulação entre os conhecimentos temático e filatélico. Eis algumas situações:

Porto das Flores (Rio de Janeiro)

Recebeu o seguinte comentário de Koester: "... *resolvi conhecer com meus próprios olhos lugar supostamente um tanto privilegiado pela natureza e viajei para lá com minha senhora. Qual foi a nossa*

decepção: de flores não se via nada, uma paisagem como outra qualquer."

De fato, o topônimo PORTO DAS FLORES dessa agência postal, criada em 18/07/1886, parece ter ocorrido porque está localizada no povoado do município da serra de Santa Tereza, às margens do "rio das flores", conforme descreve Koester. Neste caso, a toponímia, através de uma perspectiva histórico-geográfica, esclarece que "das flores" deve-se ao nome do rio e não à existência expressiva de flores no local.

Formiga (Minas Gerais)
Nada mais interessante do que os carimbos oriundos dessa agência postal, criada em 07/03/1840. Koester apresenta e comenta, entre outros, os carimbos constantes no catálogo de Paulo Ayres sob os números 271,1299 e 1600. Além desses, ele dá destaque a um carimbo sobre o qual tece este comentário: "*... enquanto que sobre o selo* [Dom Pedro] *a famosa e tão cobiçada formiga. Cartas inteiras com a formiga contam entre as maiores raridades em matéria de carimbos. Não sei da existência nem de meia dúzia!"*
Koester chama a atenção para o fato dessa cidade do Oeste mineiro - atualmente conhecida apenas por FORMIGA, criada paróquia em 14/07/1832, elevada à vila em 16/03/1839 com o nome de VILLA NOVA DA FORMIGA e à categoria de cidade em 06/06/1858 -, às vezes ser confundida com Montes Claros das FORMIGAS, a Montes Claros de hoje, no Norte de Minas. O autor mostra, também, um carimbo (P.A. 1525) de agência postal, originário desta última. A toponímia desses dois lugares que contêm os termos "Formiga" e "Formigas" é importante, pois pode ser esclarecedora do papel representado por uma análise lingüística do nome do lugar, ou seja, do significado que a designação contém. Há uma confusa polêmica histórica sobre a origem desse topônimo. No relato histórico de uma das interpretações, afirma-se que na atual FORMIGA teriam se instalado quilombos. Argumenta-se que, com a finalidade de que os negros, que ali habitavam, tivessem o mesmo "espírito das formigas cuiabanas", propôs-se a vinda de índios, fato que teria relação com a toponímia do local.
Já, uma outra interpretação invoca a lenda da origem do nome estar ligada ao ataque

Carimbos catalogados por Paulo Aires: PA-1299 e, sobre fragmento, PA-1600.

das formigas saúvas às cargas de açúcar transportadas por tropeiros. Parece que, na imprecisão de se determinar a razão pela qual a localidade teve sua designação, o agente postal preferiu interpretá-la a partir de seu significado[1]. Desse modo, abstraindo a gênese histórica, o agente postal relaciona a toponímia com a dimensão lingüística do termo "formiga", qual seja: designação comum a todos os **insetos** himenópteros da família dos formicídeos (Novo Aurélio), motivo pelo qual o agente postal criou o carimbo mudo com um desenho de uma formiga. Por outro lado, não se conhece polêmica semelhante relativa ao topônimo da outra localidade, cujo carimbo é "V. DAS FORMIGAS", oriundo da cidade de Montes Claros.

Carta enviada de Formiga para o Rio de Janeiro. Carimbo mudo da formiga, aplicado sobre o selo de D. Pedro.

Destaca-se, portanto, que a toponímia pode ser feita sob a perspectiva de um estudo **lingüístico** (significado da designação), ou de um estudo **histórico** (razão de determinada designação) da origem dos topônimos, conforme registra Aurélio Buarque de Holanda Ferreira em seu dicionário e como também estabelecem as *"Diretrizes para a avaliação das participações temáticas"* que, em seu artigo 3º fornece, entre outras orientações, a seguinte: *"3.1 Material filatélico apropriado ... Carimbos genéricos podem ser*

Carimbo "V. DAS FORMIGAS" sobre carta enviada de Montes Claros das Formigas. No destaque, sobre fragmento.

usados pelo significado específico do nome de um lugar **ou** *pela razão pela qual esse lugar existe ...*" (negrito do autor)[2].
É o que Koester também faz para algumas situações, conforme se verá.

Ingazeira (Pernambuco)
Além de "INGAZEIRA", nome do município criado em 05/05/1852, em Pernambuco, e sua agência, em 1854, Koester menciona uma outra agência com o mesmo nome em Alagoas, referindo-se aos anais dos Correios do Império. Fazendo interlocução com o estudioso de carimbos alagoanos, filatelista Aldo Cardoso, Koester comenta que este não elenca a agência postal "INGAZEIRA" de Alagoas. Sugere que seja averiguado o que poderia ter ocorrido.
O que interessa neste artigo, no entanto, é destacar a seguinte descrição com a qual o autor inicia o topônimo INGAZEIRA: "*Nome de uma árvore do gênero Ingá da família das leguminosas*". Talvez, pelo fato do Ingá e sua árvore não serem conhecidos universamente, por causa de suas origens tropicais e subtropicais e com ocorrência no Brasil, Koester tenha evocado a toponímia sob a perspectiva da origem lingüística, de modo a facilitar a qualquer leitor o significado do topônimo. Destaca-se que, neste caso, prescindiu-se da razão pela qual esse lugar existe, isto é, de considerações em torno da origem histórico-geográfica relacionada a alguma característica local, por exemplo, a existência de alguma árvore, ou uma plantação, pertencente ao gênero Ingá. Diferente de outras situações que serão apresentadas mais adiante. No momento, merece destaque um outro topônimo cuja gênese se deve, também, à dimensão lingüística.

Abaeté (Minas Gerais)
Koester trata dessa agência em dois artigos. Para o propósito que interessa na argumentação, qual seja, a toponímia de ABAETÉ, é elucidativa a descrição do autor no artigo do número 169 da Revista Brasil Filatélico ao tratar da agência da vila de DORES DA MARMELLADA (Minas Gerais), criada em 15/09/1870, cujo carimbo MARMELLADA é conhecido e apreciado, na afirmação do autor. Em 05/11/1877, essa vila foi elevada à categoria de cidade com o topônimo ABAETÉ. Destaca Koester o seguinte: "*ABA, varão, homem, e ETÉ, superlativo das coisas incorpóreas ou invisíveis, boas; assim, ABAETÉ, varão ilustre*".

Teria existido algum personagem histórico a quem a população autóctone denominou "*Abaeté*"? Que relação teria tido esse personagem com o lugar cujo topônimo é "ABAETÉ"? É importante destacar que, mesmo que isso não venha a ser elucidado, o termo "*abaeté*" não deixa de significar

varão ilustre.

Nota-se, portanto, em mais esse caso, a importância do estudo lingüístico para a abordagem toponômica, ao invés do estritamente histórico-geográfico, ainda que alguma relação, talvez, possa ter havido, como nas situações expostas a seguir. Observe-se, também, que, nesse caso, a análise lingüística teve como uma das referências a língua falada por etnia indígena.

Espírito Santo dos Coqueiros (Minas Gerais)

Agência postal criada em 06/10/1882, é a COQUEIRAL da atualidade. É o seguinte o comentário de Koester: *“ ... elevado a distrito de paz em 1846 com o nome de ESPÍRITO SANTO DOS COQUEIROS, que perdurou até 1923, quando recebeu o atual de COQUEIRAL, devido ao grande número de palmeiras nativas do tipo coqueiro existente na região”* . Nesse caso, a toponímia identifica a razão pela qual há a designação, pois ao resgatar a história da origem do topônimo ressalta a característica local, a saber, a existência de coqueiros nativos, diferente da situação anterior, em que não há referência à existência ou não de árvores do Ingá, na localidade denominada INGAZEIRAS. Assim, as toponímias de ESPÍRITO SANTO DOS COQUEIROS e de COQUEIRAL permitem esclarecer que há um nexo entre a dimensão histórica da gênese do topônimo e a dimensão lingüística, o que não foi possível estabelecer, pelo menos sem alguma dúvida, nos casos anteriores.

Gramma (Minas Gerais)

Agência do correio criada em 10/10/1881. É particularmente interessante a toponímia do nome dessa localidade. Koester descreve: *“A denominação GRAMMA – dizem – é oriunda de uma clareira revestida de macia e linda grama, ...”* Além das dimensões relativas à gênese tanto histórica como lingüística que o topônimo permite, ao se explicitar o nexo existente, como é, também, o caso anterior, neste há ainda outro aspecto esclarecedor, se for considerado mais este comentário do autor:

“A região foi desbravada por Antonio Luiz de Freitas e Manoel Felipe da Silva, sendo que ou em homenagem ao primeiro ou ao bispo D. Antonio Viçoso ou ainda porque a primeira missa tenha sido celebrada no dia de Santo Antonio, o local ficou sendo conhecido como SANTO ANTONIO DA GRAMMA, ...” Essa é uma situação que apresenta alguma semelhança com o

topônimo de FORMIGA.
Há mais de uma interpretação, segundo Koester, para se resgatar a causa pela qual há a designação SANTO ANTONIO, constituinte parcial do topônimo.

Piracicaba (São Paulo)
PIRACICABA é um exemplo semelhante ao anterior, isto é, a gênese do topônimo mantém relação tanto com a dimensão histórica quanto com a lingüística. Mas, neste caso, a análise lingüística precisa ter como referência a língua guarani e não a portuguesa, como foi também necessário proceder com ABAETÉ.

Anteriormente denominada de VILA NOVA DA CONSTITUIÇÃO, por portaria de 31/10/1821 para, segundo Koester, perpetuar a memória da Constituição Portuguesa promulgada naquele ano, a vila foi elevada à cidade em 24/04/1856 e, em 19/04/1877, teve seu nome substituído por PIRACICABA. Koester faz a seguinte consideração desse topônimo: "*É uma palavra guarani, composta de 'pira' – peixe- e 'cicaba' – fim – o que quer dizer que aí, no Salto de Piracicaba, pára peixe, se 'ajunta peixe', impossibilitado de continuar a subida quando em cardumes chegava nos meses de novembro e dezembro e voltava de fevereiro em diante*".

Tubarão (Santa Catarina)[3].
Sua análise toponômica é particularmente interessante e alerta para cuidados que se deve ter no uso dos topônimos.
O município de TUBARÃO, localizado no sul de Santa Catarina, foi fundado em 07 de maio de 1836, data em que foi criada, pela Lei Provincial nº 32, a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Tubarão. O Município foi formado com território desmembrado de Laguna, por efeitos da Lei Provincial nº 635, de 27 de maio de 1870.
Sobre a questão da toponímia, conta a lenda que o nome do município teria sido atribuído a um tubarão que, dizem, teria subido, em épocas remotas, o rio que banha a cidade. Entretanto, tal razão se encontra afastada.

A nomenclatura do nome da cidade provém efetivamente do guarani "tubanharõ", significando rosto, semblante bravio. Segundo a tradição, origina-se do nome de um chefe indígena "Tubanharon", que existiu na região. Portanto, hoje, se afastando da lenda inicial, segundo a qual o topônimo é devido ao nome do peixe (Classe – Condríctes), tal peça não poderia ser utilizada em coleções temáticas que relacionem o carimbo desta cidade com peixe.
Mesmo permanecendo válido o uso do significado da expressão indígena, que a partir da análise lingüística, seria semblante bravio, é preciso considerar que, diferentemente de ABAETÉ e PIRACICABA, TUBARÃO é, de fato,

uma corruptela de “tubanharõ” o que, talvez, possa pôr em questão, também, essa toponímia.

Considerações finais

Ainda que seja desejável uma pesquisa para o resgate histórico da origem do topônimo, de modo que a razão pela qual o local recebeu a denominação possa ser explicitada, isso nem sempre é possível, quer porque não se encontram, em tempo hábil, registros escritos sobre a toponímia, quer porque não se consiga resgatar a sua história através da memória oral, quer porque, de fato, não existam registros e nenhuma memória oral. Nesses casos, o cuidado a ser tomado é o de não se articular, no desenvolvimento da temática, o uso de uma particular peça filatélica que registra o topônimo, com a **história da sua origem**, isto é, com a causa que teria determinado sua denominação. Seria temerário, pois pode constituir um equívoco da heurística que fundamenta a articulação, uma vez que nada se podendo afirmar sobre a dimensão histórica da gênese do topônimo, **a razão da sua denominação** não subsidia o uso do carimbo.

A questão, então, é: devemos ou não usar tal topônimo?

Seria muito limitante exigir que a toponímia se restringisse apenas aos casos em que houvesse nexo entre a dimensão histórica da sua gênese e a dimensão lingüística. Estaria, inclusive, ocorrendo uma interpretação reducionista, se tivermos, como referência, as diretrizes para avaliação das participações temáticas. Tão ou mais importante que estabelecer o nexo entre as duas dimensões que permitem caracterizar a origem de um topônimo, é o estabelecimento de algum nexo, normatizadamente permitido, através da heurística do colecionador temático, entre uma particular peça filatélica que registra um topônimo e o desenvolvimento do tema.

A partir de alguns exemplos explorados, e em acordo não só com a definição de toponímia mas também com as normas filatélicas internacionais, verificou-se ser possível um estudo da origem do topônimo, levando-se em conta as considerações lingüísticas. Nos topônimos com essas características, parece que seu emprego é possível quando a articulação heurística dos conhecimentos temático-filatélicos que justificariam o particular uso de uma peça, tenha sua fundamentação restrita à dimensão lingüística da toponímia, como nos casos de INGAZEIRA e ABAETÉ, paradigmáticos na argumentação deste artigo.

Um outro bom exemplo disso, com registro histórico, é a compreensão toponômica de agentes do correio que associaram ao topônimo FORMIGA um carimbo com a representação pictórica de um inseto da família dos formicídeos. A dúvida, estabelecida na polêmica em torno da razão pela qual a localidade foi assim denominada, não impediu que o significado do termo fosse descaracterizado nem por agentes postais nem por filatelistas, que valorizam tal carimbo com a figura de uma formiga. Nesse caso, haveria alguma dificuldade em negar a relação do topônimo

com uma gênese lingüística, ainda que, na dimensão histórica, não se conheçam, de modo explícito ou de modo acorde, os motivos que originaram tal topônimo. Embora alguma prudência seja recomendada em situações como essa, parece ser arbitrário, ou pelo menos discutível, que carimbos que registram o nome “FORMIGA” e originários da mesma localidade não pudessem ter o significado do inseto.

Assim, apesar do estudo toponímico não ser conclusivo a respeito do **porquê** de um lugar ter recebido tal nome, ou seja, a razão pela qual foi designado com determinado nome, é possível, com um estudo lingüístico, entender o significado do topônimo, o que permitiria relacioná-lo com o desenvolvimento do tema. Os filatelistas teriam, potencialmente, ampla gama de topônimos que enriqueceriam coleções temáticas, considerando, por exemplo, a diversidade dos nomes atribuídos às agências postais brasileiras. Contudo, um cuidado a ser tomado é que a análise lingüística do topônimo, ou o significado do nome do lugar, tenha como referência a língua que originou a designação empregada. No Brasil, onde há topônimos com origem em línguas faladas por etnias indígenas, este cuidado deve ser redobrado. Uma pesquisa paciente e criteriosa, nestes casos, é uma exigência. Surpresas podem ser encontradas, tanto para fundamentar uma inclusão inesperada, pelo desconhecimento inicial, de uma particular peça na coleção, como para excluí-la. É o caso, por exemplo, do topônimo TUBARÃO que seria questionável, senão equivocado, seu uso numa coleção temática sobre animais ou peixes.

Por outro lado, casos em que a dimensão histórica da origem toponômica estiver accessível, parece ser dupla a possibilidade da articulação temático-filatélica, pois se pode, também, fazer uso da dimensão lingüística para se justificar o emprego de peça filatélica que registra o topônimo. É o caso de COQUEIRAL, GRAMMA e PIRACICABA, em que tanto faria justificar a articulação toponômica pela dimensão lingüística ou histórica. Obviamente, considerando-se sempre a consistência e o bom senso da pesquisa temática e filatélica.

Portanto, independentemente de haver ou não uma dimensão histórica da gênese toponômica, isto é, uma razão conhecida, parece ser sempre possível estabelecer-se alguma articulação temático-filatélica com qualquer topônimo. A exigência, nesse caso, é de que a heurística, que justifica o emprego de uma particular peça filatélica, esteja, de modo consistente, relacionada no desenvolvimento do tema com, pelo menos, a dimensão lingüística do topônimo que requer, como destacado, uma análise correta e criteriosa.

Por fim, não se pode deixar de considerar preferências pessoais frente ao uso e interpretação filatélico-temática de peças que compõem coleções. É evidente que não seria diferente para o caso dos topônimos. Há outros critérios, inclusive idiossincráticos, que permeiam a avaliação. O imponderável, às vezes, torna-se presente. Mas esta já é uma outra história!

Notas

[1] De fato, o relato histórico a que tive acesso sobre esta polêmica parece não invalidar a associação do topônimo ao inseto formiga. O texto que fornece esse relato foi-me fornecido pelo filatelista Luis Cláudio Firtzen que, no entanto, desconhece a autoria, bem como qualquer outra referência. O seu autor, em nenhum momento, deixa claro a existência de alguma etnia denominada "formiga" ou "formigas", ao invés disso, afirma: *"A partir de 1740, já não se documenta a presença de índios, apenas dos negros fugidos. ... Estes assentamentos ou aldeias, em determinadas circunstâncias denominavam-se 'formigas'. Em 1745, a Câmara da Comarca de Sabará requereu que se trouxessem 'duzentos casais de tapuias, que seriam assentados cinqüenta em cada comarca, e daí saírem à destruição dos quilombos de fugidios'. ... Queria essa 'Câmara de Sabará que os negros tivessem o mesmo espírito das formigas cuiabanas, e como não o tinham, propuseram a vinda dos índios(...)'."* Há uma interrupção - (...) – no próprio texto do autor em que ele faz, também, uma citação e não se pode identificar o nome dos índios a que ele está se referindo. No entanto, anteriormente menciona "casais de tapuias" que seriam assentados em Sabará, de modo que os negros tivessem o "espírito das formigas cuiabanas". É bem provável que os tapuias, por alguma de suas características, fossem metaforicamente conhecidos por "formigas cuiabanas", alguma espécie de formiga cujo habitat ocorria em Cuiabá.
Assim, mesmo prevalecendo a interpretação de que a razão do topônimo se deva ao assentamento dos índios, parece que estes, metaforicamente, estão associados às formigas, donde, possivelmente, a interpretação do agente postal ao representar a agência com este inseto.
Na tentativa de identificar a autoria do texto e verificar a sua consistência, contatei o filatelista José Francisco de Paula, estudioso da história de Formiga, sua cidade natal. Ele também desconhece a autoria do texto aqui utilizado. No entanto, forneceu-me as seguintes informações, por email: existem três versões para o nome de Formiga: uma folclórica, contando sobre o ataque de formigas a carregamento de açúcar de tropeiros; outra comenta sobre a existência de tapuias comedores de tanajuras (formigas grandes), e a terceira sobre a adoção de nomes ligados aos açorianos colonizadores daquela região, em razão da existência, em seu arquipélago de origem, dos penhascos das Formigas. Por esta versão, eles, pensando na terra natal, nomearam de Formiga várias regiões em torno do local onde se estabeleceram. Por outro lado, em relação à cidade de Montes Claros DAS FORMIGAS, José Francisco de Paula informa que essa cidade, situada ao norte de Minas, nasceu a partir da fazenda (sesmaria) dos Montes Claros, na região das formigas.

[2] Conforme tradução de Luiz Paulo Rodrigues Cunha, publicada na revista "Rio Grande Filatélico", n. 36, março/2005.

[3] Este estudo toponômico foi fornecido por Luis Cláudio Fritzen, a quem agradeço a colaboração.

Anomalias e Variantes - Moedas Híbridas

Celso Suzuki - Florianópolis, SC

"Uma moeda híbrida ou heteróclita é a moeda que, por defeito ou erro de fabricação, apresenta o tipo de outra moeda; em geral, resulta de uma troca de cunhos."

Ney Chrysostomo da Costa

No início deste milênio, os numismatas tiveram conhecimento de pelo menos mais sete híbridas cunhadas em vários pontos do mundo, como Estados Unidos, Austrália, Canadá e Brasil.

Uma das híbridas dos Estados Unidos foi cunhada com o reverso de um dólar Sacagawea, que mostra a águia americana em vôo, e o anverso da moeda de um quarto de dólar, mostrando o perfil de George Washington, no disco de 1 dólar Sacagawea.

Essa híbrida foi cunhada na Casa da Moeda da Filadélfia. Inicialmente, especulou-se que um empregado da Casa da Moeda a tivesse fabricado, porém, em 19 de junho de 2000, a Casa da Moeda emitiu um comunicado de que essa híbrida foi, realmente, um erro de fabricação. Aparentemente, o cunho anverso do dólar quebrou e foi substituído pelo anverso do quarto de dólar. Quando a troca foi descoberta pelos funcionários, centenas de híbridas retornaram para a Casa da Moeda e foram destruídas. Contudo, algumas dessas moedas escaparam deste destino, sendo conhecidas 12 peças cujo valor médio de mercado é em torno de U$50.000,00.

Outra híbrida americana é a chamada de 11 centavos de 1999, pois foi cunhada com o anverso da moeda de 1 centavo e o reverso da moeda de 10 centavos, num disco de 1 centavo. Somente uma peça é conhecida. Como o cunho da moeda de 10 centavos é menor que o da moeda de 1 centavo, a legenda da borda do cunho de 10 centavos não ficou bem nítida, por falta de apoio do cunho reverso da moeda de 10 centavos. No reverso de 10 centavos, foi criada uma dupla orla justamente pela diferença de tamanho do cunho.

A híbrida australiana foi cunhada com o reverso da moeda de 1 dólar e o anverso da moeda de 10 centavos, que é um pouco menor, no disco de 1 dólar. Estima-se que o número dessas híbridas, em circulação, seja de 600 a 6.000. Porém, não são muitas as peças conhecidas, em torno de 30, cujo preço médio é de U$500,00. Devemos observar que, no anverso, aparece a dupla orla, como na moeda americana.

Em 1999, o Canadá cunhou três híbridas diferentes, duas de 25 centavos e uma de 2 dólares, todas comemorativas. As de 25 centavos foram produzidas com o reverso da moeda de 25 centavos do milênio, cujo valor fica no anverso, com o anverso das comemorativas de Setembro e Novembro, cujo valor fica no reverso, criando, assim, moedas sem denominação de valor.

A identificação da híbrida de 2 dólares Nunavut é um pouco mais difícil, pois a troca de cunho foi feita entre a versão de circulação, cunhada em disco bimetálico de níquel e alumínio-bronze e a versão proof, cunhada em prata e ouro. Na versão de circulação, existe uma borda que ressalta a separação dos discos, interno e externo, enquanto na versão proof esta borda não existe.

Historicamente, a híbrida mais conhecida e acessível é a da Nova Zelândia / Bahamas de 1967. Essa hibrida foi cunhada com o reverso da moeda de 2 centavos da Nova Zelândia e o anverso da moeda de 5 centavos das Bahamas, no disco da moeda de 2 centavos da Nova Zelândia. Estima-se que 40.000 moedas foram produzidas.

Uma das grandes descobertas numismáticas deu-se em 1965, quando foi encontrada a híbrida australiana "half penny" de 1916. Ela foi cunhada com o anverso da moeda "half penny" da Índia, do mesmo período. Enquanto o "half penny" da Austrália tem a legenda "GEORGIVS V D. G. BRITT: OMNI: REX I. D. IND: IMP:", o "half penny" da Índia tem, apenas, "GEORGE V KING EMPEROR".

As Híbridas do Brasil

Nos Anais do Museu Histórico Nacional do ano de 1945, encontra-se um estudo referente à moeda de 1.000 Réis de 1749, do reinado de D. José I. Como o reinado de D. José I foi de 31 de julho de 1759 até 24 de fevereiro de 1777, não poderia existir uma moeda de 1749, sendo que não foi possível determinar onde foi cunhada a peça, uma vez que, naquela época, não era inserida a letra monetária para identificar sua origem. Ainda nesse estudo, é comentada a existência de uma moeda deste mesmo valor, cunhada em 1751, mas com o anverso de D. João V.
Já as moedas de 160, 320 e 960 Réis da Casa da Moeda da Bahia, com o reverso do Rio, não podem ser consideradas como híbridas porque o cunho não foi utilizado na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, nem existia uma lei específica, indicando que a Casa da Moeda do Rio de Janeiro devesse utilizar trapézios e a Casa da Moeda da Bahia devesse utilizar triângulos na esfera armilar.
Apesar das mais recentes híbridas brasileiras datarem de 1994 ou 1995, somente foram encontradas a partir do ano 2000:

25 Centavos de Real
Anverso: Efígie da República, dístico BRASIL e ramos de louro estilizados.
Reverso: Orla poligonal de sete lados, contendo o valor.
Não existe data de cunhagem, pois na moeda de 25 centavos a data fica no anverso e na moeda de 50 centavos a data fica no reverso.
Esta moeda tem o peso de 4,7 gramas, diâmetro de 23,5mm e 1,7mm de espessura. O reverso é o da moeda de 50 centavos, pois o diâmetro interno do cunho é de 20,5mm, enquanto o diâmetro interno da moeda de 1 Real é de 22mm. Não são conhecidas muitas peças. Recentemente, uma delas apareceu no leilão da Sociedade Numismática Brasileira.

5 Centavos de Real – 1994

Anverso: Efígie da República, dístico BRASIL e ramos de louro estilizados.

Reverso: Valor, data e ramos de louro estilizados.

Esta moeda apresenta o anverso da moeda de 1 centavo, cujo diâmetro interno é de 18,40mm, enquanto o diâmetro interno de uma moeda de 5 centavos é de 19,40mm.

Conhecida como "Cabeça Menor", esta moeda é mais comum que a de 25 centavos, sendo freqüentemente ofertada em leilões. Eu encontrei a que possuo em circulação.

Referências:

- Coletânea dos Anais do Museu Histórico Nacional – Vol 1 – 1999
- Dicionário de Numismática – Ney Chrysostomo da Costa – 1969
- Catálogo Vieira – Moedas Brasileiras – 1997
- www.ebay.com
- www.triton.vg/H16Cmule.html
- www.coinfacts.com/error_coins/mules/washington_sacajawea_mule.htm
- www.coinfacts.com/error_coins/mules/1999_cent_dime_mule.htm

PAGO OU PAGADO?

Roberto João Eissler - Jaraguá do Sul, SC

A filatelia se dedica a estudar vários aspectos dos selos postais, entre os quais aqueles relativos aos PERFINS, que, no dizer textual de Raymundo Galvão de Queiroz, “são selos que apresentam letras, números e desenhos em perfuração feita pelos Correios ou por entidades particulares.” (Dicionário do Filatelista, Ed. Thesaurus, 1988, pág. 266).

O termo PERFIN surgiu da junção de duas palavras da língua inglesa, PERForated INiticials (iniciais perfuradas), pois o propósito (mais comum) dessas perfurações era a identificação dos compradores originais de grandes quantidades de selos. Essa prática teve início ainda no século XIX.

Há vários países onde os estudos dessas peças particulares estão adiantados. Infelizmente este não é o caso do Brasil, pois as peças brasileiras ainda estão sendo paulatinamente descobertas.

O “The World Perfins Catalog – American Section” de Robert J. Schwerdt, publicado em 1992 pelo “The Perfin Club” dos EUA, traz uma página de perfins do Brasil. Um desses perfins, catalogado como B10, apresenta a letra P (figura 1) com a identificação “incomplete – possible ‘PAGADO’”.

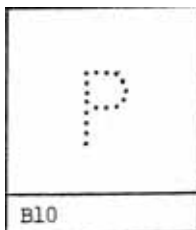



figura 1
(cópia reduzida)

Em fevereiro de 2000, tomei a iniciativa de escrever uma pequena nota para o “The Perfins Bulletin” – periódico do “The Perfins Club” –, dizendo que, apesar de existirem em português tanto a forma PAGO quanto a forma PAGADO, a primeira seria a mais provável para o perfin B10.

Comentei que, em português, o particípio passado do verbo pagar tem duas formas possíveis: a forma curta, usada com os verbos ser e estar, e a forma longa, usada com os verbos ter e haver. Assim, dizemos ESTAVA PAGO e HAVIA PAGADO.

Menos simples que no idioma inglês, que somente possui a forma PAID.

Em maio do mesmo ano, o colecionador Jack Brand escreveu uma nota, discordando e apresentando a hipótese de o perfin PAGADO ter sido feito no exterior, como foi o caso do B11 (U.D.Co.Ld. – da Union Discount Co. of London) (figura 2).

figura 2
(cópia reduzida)

Agora surge um fragmento de documento fiscal (figura 3) com o perfin P, resolvendo a questão – é mesmo a inicial de “PAGO”!

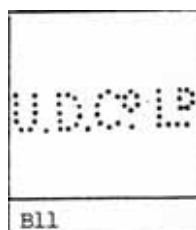



figura 3 (cópia reduzida)

Além disso, foi encontrado um novo perfin PAGO (figura 4), diferente do anterior – num envelope que circulou de Florianópolis para São Paulo –, sem sair do país.

Este envelope nos traz algumas perguntas: Por que perfurar um envelope? Quem teria feito tal perfuração – o remetente ou o destinatário? Ou seria para registrar o pagamento de uma eventual diferença de porte (taxa)?

Terminar um artigo com interrogações não é a melhor maneira, mas fazer o quê?

figura 4 (cópia reduzida)

Referências bibliográficas:

- “The World Perfins Catalog – American Section”. Robert J. Schwerdt, 1992.
- The Perfins Bulletin, volume 54, nº2, fevereiro 2000, página 32.
- The Perfins Bulletin, volume 54, nº5, maio 2000, página 74.
- Dicionário do Filatelista, Raymundo Galvão de Queiroz, Ed. Thesaurus, 1988.

GUIANA FRANCESA
UM POUCO DA HISTÓRIA E DO MEIO CIRCULANTE

Márcio Roveri Sandoval - Florianópolis, SC

Detalhe do anverso da cédula de 25 francos - *Banco da Guiana (1933-45)*

Poucos brasileiros do centro-sul do país têm noção de que temos um *"vizinho"* que fala a língua francesa, utiliza o euro como moeda e está integrado (pelo menos formalmente) à União Européia, e, muito menos ainda, têm conhecimento de que tal território, na verdade, é um *Departamento de Ultramar da França* e que teve singulares envolvimentos com o Brasil em matéria de fronteiras.

Este vizinho, pouco conhecido, é a Guiana Francesa, que faz divisa com o estado do Amapá. Cerca de 90%[1] do seu território ainda se encontra coberto por floresta tropical. A população se concentra no litoral e o interior só é acessível pelos rios. Atualmente, é utilizado o euro como moeda, que veio a substituir o franco francês. Sua população é escassa, cerca de 182.000 habitantes (estimativa de julho de 2002), sendo que cerca de 50.000 vivem na Capital, Caiena. Em torno de 66% da população constitue-se de negros e mulatos. Os brancos são cerca de 12%, caribenhos, chineses e ameríndios também cerca de 12% e, outras etnias, 10%.

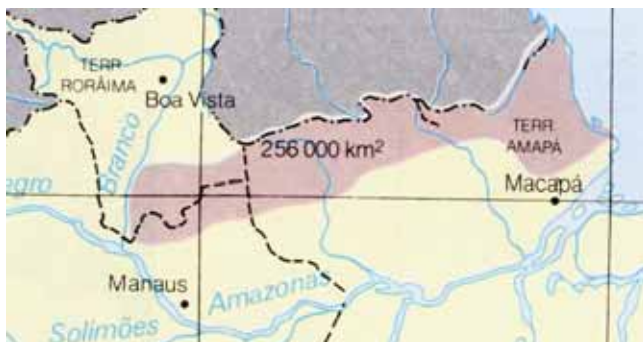
O estabelecimento da França nessa região data do Século XVII. Tratava-se de uma região inóspida, de natureza exuberante e habitada por ameríndios. No século XIX, por volta de 1848, o governo francês, com intuito de reduzir custos com suas prisões e povoar a região, resolveu enviar para lá seus condenados. Assim, em torno de 70.000 prisioneiros foram enviados para a *Ilha do Diabo*[2] entre 1852 e 1939, inclusive *Alfred Dreyfus e Henri Papillon Charrière.* Cerca de 90% desses condenados

morreram de malária ou febre amarela, não ajudando em nada a atingir o objetivo de povoar o território. A prisão restou celebrizada no filme *Papillon*.
A Guiana Francesa permaneceu como colônia penal até depois da 2ª Guerra Mundial e, desde então, passou a ser Departamento de Ultramar Francês.

Detalhe do mapa contendo a Guiana Francesa e as regiões limítrofes. National Geographic Magazine, John Oliver La Gorge, Editor, USA, 1970.

I - A questão dos limites

Durante quase 200 anos, tivemos, com essa possessão francesa, uma questão de limites, resolvida definitivamente em 1900, por arbitramento do Presidente da Confederação Suíça Walter Hauser. A questão foi levantada pelo governo francês que pretendia, já de longa data, territórios situados no então estado do Pará, hoje parte dos territórios do Amapá[3], Pará, Roraima e Amazonas. Resolvendo os dois países dar uma solução diplomática à questão, assinaram um compromisso, no Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1897, sendo o Presidente do Brasil Prudente de Morais e Ministro das Relações Exteriores o General Dionísio Cerqueira. Da França veio o Ministro Pichon e, como árbitro, o Presidente da Suíça. Foi nomeado advogado do Brasil José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco).

O território em questão fazia parte do Brasil desde *11 de abril de 1713*, quando foi assinado, na cidade holandesa de *Utrecht*, o tratado pelo qual o governo francês desistia do mesmo em favor de Portugal, então senhor absoluto do Brasil. Este é o muito conhecido **Tratado de Utrecht.**

Mapa da região pretendida pela França antes do tratado – Documento base: Homenagem da Sociedade Brasileira de Cartografia ao ensejo do Cinqüentenário da Morte do Barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, fevereiro de 1962, Biblioteca Nacional, RJ, in Resende, Maria Efigênia Lage de, Atlas Histórico do Brasil. Belo Horizonte, Ed. Vigília, 1987, p. 79.

Em 1808, Portugal é invadido por tropas francesas, provocando a fuga da Família Real para o Brasil. Em represália a essa invasão, o Príncipe Regente D. João (futuro D. João VI) manda invadir a Guiana Francesa a partir do Pará, tomando Caiena sem grande resistência, em *14 de janeiro de 1809*. Para marcar o feito, o Príncipe mandou cunhar, em Londres, uma medalha comemorativa cujos exemplares, hoje raros, são em ouro, prata e cobre.

Medalha Comemorativa da Tomada de Caiena aos Franceses - 1809. (Acervo do Museu de Valores do Banco Central).

Com a capitulação de Napoleão, em Waterloo, sobe ao trono francês um representante da Casa dos Bourbon – Luís XVIII. Em 1814, é realizado o **Congresso de Viena,** que tinha como objetivos, entre outros, promover a partilha dos despojos de guerra, regularizar a situação territorial da Europa e as formas de repressão às tentativas revolucionárias contrárias aos interesses das monarquias européias. Participaram representantes de vários países europeus, inclusive de Portugal, que tivera grandes perdas devido à invasão do Reino.

Dos participantes do referido Congresso, somente Portugal nada conseguiu, embora tivesse prestado grande auxílio à causa aliada. Além disso, Portugal teve grandes prejuízos, incluindo-se neste particular o envio da Biblioteca Real para o Brasil, que aqui permaneceu após a Independência.

Em 9 de junho de 1815, através do artigo 107 do Congresso de Viena, Portugal devolve a Guiana Francesa à França:

> *“Sua Majestade Real, o Príncipe Regente do Reino de Portugal e do Brasil, para manifestar, de maneira incontestável, a sua consideração particular para sua Majestade Cristianíssima, se obriga a restituir a Sua Dita Majestade a Guiana Francesa até o Rio Oiapoque, cuja embocadura esta situada entre o quarto e quinto graus de latitude setentrional; limite que Portugal considerou sempre como o que fora fixado pelo Tratado de Utrecht. A época da entrega desta Colônia a Sua Majestade Cristianíssima, será determinada, assim que as circunstâncias o permitirem por uma Convenção particular entre as duas Cortes; e preceder-se-á, a fixação definitiva dos limites das Guianas Portuguesa e Francesa, conforme o sentido exato do artigo oitavo do Tratado de Utrecht”.*

Tais disposições restaram confirmadas nas novas estipulações de *28 de agosto de 1817*, 104 anos depois do Tratado de Utrecht, firmadas em Paris entre os dois governos.

Até 1835, o território onde se localiza o Amapá foi considerado brasileiro pelos franceses, que assim nada mais faziam do que respeitar o tratado por eles próprios firmado em Utrecht e reiterado em tratados posteriores.

Em fins daquele ano (1835), a França alegou que o rio Japoc ou Vicente Pinsão, a que se referia o artigo oitavo do Tratado de Utrecht, não era o Oiapoque e sim o Araguari, e destarte, passou a ocupar esse trecho do nosso território. Os franceses ali permaneceram de 1835 até 1841, quando por meio de comunicado do Ministro de Negócios Estrangeiros, atendendo o pedido do Brasil, desistiram de suas pretensões. Os franceses não desanimaram. Realizaram novas tentativas de ocupação em 1849 e 1895, quando foram repelidos pelos brasileiros. Enquanto Portugal e o Brasil sustentavam que o rio Japoc ou Vicente Pinsão era o nosso conhecido Oiapoque, a França, estrategicamente, atribuía esse nome sucessivamente aos rios Calzoene, Amapá, Carapapóris e Araguari, tendo ainda alguns governantes da Guiana Francesa o arrojo de quererem marcar o rio Amazonas como sendo o Japoc ou Vicente Pinsão. Os franceses haviam se esquecido de que o próprio Tratado de Utrecht, em seu artigo X, afirmava categoricamente que ambas as margens do rio Amazonas eram brasileiras.

A questão foi assim submetida à arbitragem, como mencionado acima, e sistematizada da seguinte forma:

> *“Artigo primeiro – A República dos Estados Unidos do Brasil pretende que, conforme o sentido preciso do art. 8º do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinsão, é o Oiapoque, que deságua no Oceano a oeste do Cabo d´Orange e que pelo seu thalweg deve ser traçada a linha de limites. A República Francesa pretende que, conforme o sentido preciso do art. 8º do Tratado de Utrecht, o*

rio Japoc ou Vicente Pinsão é o rio Araguari, que deságua no Oceano, ao sul do Cabo do Norte e que pelo seu thalweg deve ser traçada a linha de limites.

Artigo Segundo – A República dos Estados Unidos do Brasil pretende que o limite interior, parte do qual foi reconhecida provisoriamente pela Convenção de Paris de 28 de agosto de 1817, é o paralelo 2º24‘que partindo do Oiapoque vá terminar na fronteira da Guiana Holandesa.

A França pretende que o limite interior seja a linha que, partindo da cabeceira principal do braço principal do Araguari, siga para oeste paralelamente ao rio Amazonas, até encontrar a margem esquerda do rio Branco e continue por essa margem até encontrar o paralelo que passe pelo ponto extremo da serra do Acarai.O árbitro se decidirá definitivamente por um desses dois rios, que escolherá, como solução intermédia, a partir da cabeceira principal do rio adotado como sendo o Japoc ou Vicente Pinsão, até a fronteira da Guiana Holandesa, a divisão das águas que nesta região é constituída em quase sua totalidade pelas cumiadas da serra Tumucumaque.

As duas partes terão o prazo de oito meses contados da data das ratificações d´este ajuste para apresentarem as suas memórias justificativas e mais outros oito meses para a réplica, e o árbitro um ano contado da data da entrega d´esta."

Nomeado o Barão do Rio Branco, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial, junto ao governo suíço, em 22 de novembro de 1898, partiu ele para Berna, onde, como nosso advogado, apresentou uma Exposição de fatos, de 840 páginas, através das quais ficaram patentes os direitos do Brasil. Assim, a sentença arbitral, assinada em 1 de dezembro de 1900 pelo presidente da Suíça e referendada pelo respectivo chanceler Gotte Ringier, foi favorável ao Brasil, que desse modo entrou na posse definitiva dos 260.000 km2 que, durante cerca de 200 anos, andou em litígio sem que, no tempo do Império, achasse o governo uma solução. Data, portanto, de 1 de dezembro de 1900, a demarcação definitiva dos nossos limites com a Guiana Francesa, e que estão assim constituídos: serra de Tumucumaque, desde a nascente do rio Maroni à do rio Oiapoque e por este até sua foz no Oceano Atlântico, a oeste do Cabo Orange.

Solucionado juridicamente o litígio, somente em 1955 foram iniciados os trabalhos técnico-geográficos, que terminaram em 1962 com a implantação de sete marcos ao longo da fronteira terrestre, no divisor de águas, que corre pela serra de Tumucumaque. Outros pontos foram definidos, em 1981, pelo Tratado de Paris, inclusive a linha de delimitação marítima.

II - O interessante Meio Circulante da Guiana Francesa

No que tange ao meio circulante, do hoje Departamento Francês da Guiana, temos informações de que as primeiras emissões, em francos (bilhetes impressos para a circulação nas Colônias), inciaram-se em 1836, tendo como órgão emissor o Tesouro Público – *"Traité du Caissier du Trésor Public, Pour le Service des Colonies"*. Esses bilhetes assemelhavam-se às nossas primeiras cédulas do Tesouro Nacional. Eles eram unifaciais, cortados nas laterais, sendo algumas partes preenchidas à mão e, provavelmente, colacionados em talão, para futura conferência através da linha de corte. São interessantes e pouco comuns, como a maioria das cédulas da Guiana Francesa. Os valores encontrados foram: 500 francos (1836 e 1843), 1000 francos (1842), 2000 francos (1843) e 5000 francos (1846). Curioso notar que estes não constam do Catálogo *World Paper Money.*

Anverso do bilhete de 500 francos do Tesouro Público de 1843, para circular na então Colônia da Guiana Francesa. No reverso, há uma anotação, trazendo o nome da capital - Caiena, o ano - 1843 e uma assinatura. A reprodução não guarda as mesmas proporções da original.[4]

As primeiras emissões, no entanto, de que se tem notícia, na história da Guiana Francesa, datam de 1795 (40 livres), uma emissão de emergência, em *livres* (libras), então moeda circulante na França.

Posteriormente, tivemos as emissões do *Banque de la Guyane* a partir de 1888. Os valores foram de 500 francos (1888-89), 25 francos (1910), 5 francos (1922-47) e 100 francos (ND). Durante a 1ª Guerra Mundial, foram emitidas cédulas de emergência nos valores de 1 franco (1917-19) e 2 francos (1917-19). Em 1933 e 1945 foram emitidas cédulas regulares nos valores de 25 francos (1933-45), 100 francos (1933-42) e 500 francos (1938-40), quase todas de difícil obtenção. Durante a 2ª Guerra Mundial, novas emissões

de emergência aconteceram, nos valores de 1 franco (1942 e 1945) e 2 francos (1942 e 1945). Essas eram emissões locais, razão pela qual as cédulas se tornaram muito valorizadas.
Em 1941, a *"Caisse Centrale de la France Libre"* (Caixa Central da França Livre), por ocasião da ocupação da França pelos alemães, lançou duas cédulas nos valores de 100 francos e de 1000 francos, impressas na Inglaterra. A cédula de 1000 francos é de grande beleza e significado: no anverso há uma fênix e, no reverso, há uma imagem de uma cidade destruída e depois reconstruída, símbolos de renovação para uma França ocupada. Tudo indica que essas cédulas não chegaram a circular, pois trazem um carimbo com o nome da colônia "*Guyane Française*", e um outro com a marca *"ANNULÉ"* (anulada).

Anverso da cédula de 1000 francos de 1941 com a fènix (Pick n° 16A) e com os carimbos - Guiana Francesa e Anulada. A reprodução não guarda as mesmas proporções da original.[5]

Em 1940/42, foram emitidos os valores de 5, 100, 500 e 1000 francos impressos na Filadélfia, Estados Unidos. As cédulas foram impressas especialmente para a Guiana Francesa, eis que as anteriores eram utilizadas com a devida identificação, como em outras colônias francesas. A de 100 francos traz um belo mapa da Guiana no anverso. Em 1944, as emissões passaram a ser realizadas pela *"Caisse Centrale de la France d´Outre-Mer"*, com cédulas aproveitadas da emissão de 1941. As emissões do pós-guerra tiveram início em 1947, com cédulas de 5, 10, 20, 50, 500, 1000 e 5000 francos. Em 1960, foram emitidos dois valores, 1000 e 5000 francos. A partir de 1961, com a entrada em circulação do novo-franco, foram emitidos os valores de 1, 5, 10, e 50, através do aproveitamento da emissão anterior com emprego de superimpressões, terminando aí as emissões para a Guiana Francesa.

Anverso da cédula de 100 francos, impressa na Filadélfia durante a 2ª Guerra Mundial, com um mapa da Guiana (Pick n°13). A reprodução não guarda as mesmas proporções da original.[6]

Após 1961, as cédulas para a Guiana Francesa, provavelmente, saíram pouco a pouco de circulação e foram substituídas pelas cédulas de franco francês. Não encontramos até o momento qualquer referência sobre a época precisa em que estas cédulas deixaram de circular.

Com o advento do euro, o franco deixou de circular na Guiana Francesa em 2002. O euro passou a ser a moeda corrente.

É curioso notar que as cédulas de euro trazem estampado, no canto inferior esquerdo, o mapa da Guiana Francesa que, agora, tem os verdadeiros contornos de seu território reproduzidos em grande escala, o que certamente evitará nova discussão sobre a questão das fronteiras. A questão parece totalmente exaurida.

III - Curiosas "Emissões"

Não podemos deixar de mencionar um interessante assunto veiculado na *Revista da Casa da Moeda*, na década de 50, que fazia menção às emissões de bilhetes realizadas pelos franceses antes da solução arbitral, no território então "contestado". Ao que parece, tratava-se de uma tentativa de legitimar a presença francesa na região, indicando-se inclusive a existência de uma ferrovia a *"Cia. Chemins de Fer Economiques du Carservène"*, esta mencionada em um bônus da companhia (bônus de 1 franco), que teria Firmine como base de operações.

Teríamos também, bilhetes a cargo do "Banco Exotique" (Banco Estrangeiro) com agência na localidade de Firmine, no Carservène, Carsorvene ou Calçoene[7], no território do Amapá, por volta de 1894. Os valores encontrados foram os de 25, 50, 100 e 500 francos. São bilhetes unifaciais, apresentando a seguinte legenda: *Banque Exotique – Agence de*

Firmine – Territoire Contesté Franco-Brésilien (algo como: Banco do Exterior - Agência de Firmine - Território Contestado Franco-Brasileiro) e foram impressos em Paris, por G. Richard.
As emissões francesas de bilhetes e bônus para os *"Chemins de Fer"* (ferrovias) ou para períodos de transição entre as Guerras eram correntes e imaginamos que não haveria nada de estranho na emissão desses bilhetes, mencionados na Revista da Casa da Moeda. No entanto, não temos conhecimento de sua oficialidade.
Caso essas emissões fossem reconhecidas, encontrando-se as medidas legais de sua instituição, restaria a dificuldade de classificação, pois, o território, naquela época, já pertencia ao Brasil e as emissões teriam sido feitas dentro desse território por uma empresa estrangeira com objetivos nitidamente estratégicos.
A questão é no mínimo curiosa. O autor da matéria sobre tais bilhetes sugere que se investigue o assunto e se descubra, na França, maiores informações. Parece que a questão anda esquecida desde aquela época.

Bônus de 1 franco do "Chemins de Fer Economiques du Carsevène", bônus sem assinatura, série A nº 4.189.

Bilhete ao portador, com promessa de pagamento em ouro, de 500 francos, sem assinatura, nº 50.011 e carimbo de anulado. Fonte: Revista da Casa da Moeda, março-abril de 1950, p. 80/82.

Com exceção dos territórios gelados da Groelândia e da Antártida, a Guiana Francesa se constitui na maior extensão de terra ainda na posse de um país europeu e, tudo indica, assim permanecerá por mais algum tempo, tendo em vista a escassa população local e os investimentos franceses e da União Européia na base espacial de Kourou, para lançamento de foguetes.

BIBLIOGRAFIA

- Cabral, Mario da Veiga, Compêndio de Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria Jacinto Editora, 6ª ed., 1921, 372 p.
- Melo, Teixeira, Subsídios existentes na Biblioteca Nacional para o Estudo da Questão de Limites do Brasil pelo Oiapoque, Biblioteca Nacional 1876. Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1895, 58 p.
- Museu de Valores do Banco Central do Brasil, São Paulo: Banco Safra, 1988, 348 p.
- Standard Catalog of World Paper Money. Albert Pick. Krause Publications, USA, 7ª Edition General Issues, 1994., 1280 p.
- Resende, Maria Efigênia Lage de, Atlas Histórico do Brasil. Belo Horizonte, Ed. Vigília, 1987, 96 p
- Revista da Casa da Moeda, Ano IV, março-abril de 1950, págs 80/82.

NOTAS

[1] Essa porcentagem pode ter sofrido alterações nos últimos anos.
[2] Ilha situada na costa da Guiana Francesa onde se localizava a prisão.
[3] O Amapá passou a existir como Território apenas em 1943 e como Estado em 1988.
[4] Fonte: Companhia Geral da Bolsa - Paris.
[5] Fonte: Companhia Geral da Bolsa - Paris.
[6] Fonte: Companhia Geral da Bolsa - Paris.
[7] A cidade de Calçoene situa-se a 272 km de Macapá, no Estado do Amapá, e conta hoje com cerca de 6.000 habitantes (IBGE 2000), sendo seu acesso, provavelmente, ainda por terra.

Você sabia...

Bartolomeu Lourenço de Gusmão, brasileiro nascido em Santos, São Paulo (1688-1777), foi o primeiro homem na história a fazer voar um balão movido a ar quente, em 8 de agosto de 1709, na Corte de Lisboa, diante de D. João V. O “Padre Voador”, como ficou conhecido, construiu um balão de aproximadamente 1 metro de altura, e o fez atravessar a famosa Sala das Embaixadas.

Sobre a cédula de 1 Real

AFSC

No último número de Santa Catarina Filatélica, publicamos que a cédula de 1 Real deixou de ser fabricada (página 19).
Atento aos acontecimentos, o nosso associado Luciano César Dias escreveu, em 14 de março de 2006:
"com referência à página 19 do boletim de março de 2006, que se refere à cédula de 1 Real e à moeda de 1 centavo (matéria que saiu na revista Veja): não encontrando nada a respeito na página do Banco Central, liguei para o mesmo, para obter informações. Fui informado pela Sra. Beatriz, do setor de Imprensa, em Brasília, que as informações da revista Veja são infundadas. Segundo ela, a cédula de 1 Real continua a ser fabricada e a moeda de 1 centavo teve a sua produção suspensa pelo motivo de haver quantidade suficiente em circulação. Disse também a Sra. Beatriz que enviou carta para a revista Veja, solicitando a correção da informação equivocada. Também liguei para a Casa da Moeda, porém esta se nega a dar informações por telefone, informando que cabe ao Banco Central dar os esclarecimentos necessários."

Mais recentemente, o Diário Catarinense, de Florianópolis, publicou (5 de julho de 2006, página 16): "O Banco Central anunciou ontem que as notas de R$ 1 vão sair de circulação gradualmente, sendo substituídas pelas moedas do mesmo valor."
Nós, do Santa Catarina Filatélica, fomos à pagina do Banco Central na internet, e nada encontramos a respeito. Em 27 de julho último, conseguimos um novo contato com a Sra. Beatriz, que gentilmente nos informou que a cédula de 1 Real continua a ser fabricada.
Resta-nos aguardar e observar com atenção para conhecer o final desta história...

Você sabia...

O Santos Dumont nº 20, projetado e construído por Santos Dumont, em 1909, foi o primeiro avião fabricado em série no mundo. Devido ao grande sucesso do "Demoiselle", o pai da Aviação, tendo recebido vários pedidos, decidiu colocar o projeto à disposição de quem o quisesse fabricar. Mais de cem unidades foram fabricadas e vendidas na França pela fábrica Clément-Bayard, além de outras, em diferentes países. A Clément-Bayar vendia o "menor e mais ligeiro avião do mundo" por 7.500 Francos.

MISSÃO CENTENÁRIO

Milton Milazzo Jr. - Florianópolis, SC

Um acordo assinado entre a Agência Espacial brasileira - AEB e a Agência Espacial da Federação Russa - Roscosmos, em 18 de outubro de 2005, possibilitou a realização da Missão Centenário, que levou o astronauta brasileiro Ten. Cel. Av. Marcos César Pontes à Estação Espacial Internacional - ISS. O Brasil participa do programa da ISS (em inglês International Space Station) em conjunto com os Estados Unidos, Rússia, Canadá, Japão e 11 países da Europa.

Lançamento da nave Soyus

O vôo do astronauta, a partir do Centro de Lançamento de Baikonur (Cazaquistão), teve início no dia 29 de março de 2006. A nave Soyuz (União, em português), levou também o russo Pavel Vinogradov e o norte-americano Jeffrey Williams, além do Ten. Cel. Pontes. Foram dez dias de viagem no espaço, dos quais oito a bordo da Estação Espacial. Lá foram realizados experimentos científicos em ambiente de microgravidade, principal participação brasileira nessa missão.

No total de 8 experimentos, os estudos que foram levados ao espaço são de instituições brasileiras de pesquisa e ensino, sendo dois da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

Natural de Bauru, interior de São Paulo, o Tenente Coronel Marcos César Pontes, 42 anos, é o primeiro astronauta brasileiro. Ele foi selecionado pela Agência Espacial Brasileira em junho de 1998. Em 1981, Marcos Pontes ingressou na Academia da Força Aérea (AFA), permanecendo nos Esquadrões de Caça até 1988. Nesse período, Pontes foi instrutor e líder de esquadrilha. Também atuou como piloto de provas de aeronaves pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE/CTA) em várias campanhas, incluindo o primeiro míssel ar-ar brasileiro.

A Missão Centenário recebeu esse nome em homenagem aos cem anos do vôo de Santos Dumont no primeiro engenho mais pesado que o ar, o14-Bis, realizado no Campo de Bagatelle, em Paris, em 23 de

Cartão postal editado especialmente para o evento, com selo
e carimbo comemorativo, circulado de Baurú-SP para Florianópolis-SC.

outubro de 1906.

A exemplo de tantas outras emissões alusivas a grandes feitos e grandes personagens da história da aviação brasileira, a ECT, para homenagear esse importante evento em 2006, fez uma edição de 3 selos comemorativos em se-tenant, um carimbo comemorativo e um Envelope de 1º Dia, tendo como principal particularidade o lançamento oficial do selo e carimbo em pleno espaço, no dia 3 de abril.

A ECT tem ainda, em sua programação para 2006, selo e envelope homenageando o centenário do histórico vôo do 14-Bis, com lançamento previsto para o dia 23 de outubro próximo, em Barbacena e Santos Dumont, em Minas Gerais, Guarujá e São José dos Campos, em São Paulo, e na capital, Brasília.

Carimbo e selos comemorativos, lançados pela ECT em 3 de abril de 2006.

A beleza dos carimbos comemorativos

CORREIOS de Santa Catarina

Características marcantes da filatelia catarinense são a beleza e a diversidade de carimbos comemorativos. Neste ano de 2006, até o mês de julho, tivemos cinco lançamentos de expressão, todos exibidos abaixo:

30 Anos da Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia - lançado de 27/1 a 11/2/2006, em Florianópolis.

100 Anos da Malwee - lançado de 30/1 a 15/2/2006, em Jaraguá do Sul.

Casa Eficiente - lançado de 15/3 a 4/4/2006, em Florianópolis.

Dia Internacional de Museus - lançado 18/5/2006, em São José.

CDL Itajaí - lançado de 20/7 a 18/8/2006, em Itajaí.

Ainda estão programados para o corrente ano:

1/8/2006 - TIGRE 65 Anos - em Joinville.

14/8/2006 - UNOESC 10 Anos - em Joaçaba.

26/9/2006 - 80 Anos dos BOMBEIROS de Santa Catarina - Florianópolis.

Para conhecer ou rever a totalidade dos carimbos comemorativos do Estado de Santa Catarina, veja a revista COFI, o Boletim Informativo dos Correios, e também o site da Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina:

www.afsc.org.br

Você sabia...

O primeiro selo emitido pelos Correios de Portugal, em 1853, apresenta em relevo a efígie da primeira rainha constitucional daquele país, D. Maria II. Nascida no Rio de Janeiro em 4 de abril de 1819, filha de D. Pedro I, faleceu em 15 de novembro de 1853, apenas quatro meses após o lançamento do selo.

ERRATA

Agradecemos a mensagem que recebemos, em 27 de março de 2006, que transcrevemos abaixo:

Prezados Senhores:

Colaborei com o Dr. Julio Doin Vieira, que publicou um artigo sobre "Borboletas na Filatelia Brasileira", Boletim Informativo 53, março de 2006, páginas 20 a 23.

No entanto, por algum equívoco, houve um erro que gostaria que fosse reparado na forma de ERRATA em um próximo número do Boletim. O problema é que, na página 23, consta um selo com um desenho de uma jequitiranabóia, que é um inseto da Ordem Hemiptera, parente próximo das cigarras, e NÃO uma borboleta (que pertencem à Ordem Lepidoptera), como escrito. Se possível, gostaria que o erro de classificação desse inseto fosse reparado.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Benedito Cortês Lopes

ÍNDICE DE ANUNCIANTES (ordem alfabética)

Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina
Fundada em 6 de Agosto de 1938
Fone/Fax (48) 3222-2748 – Caixa Postal 229
CEP 88010-970 – Florianópolis – SC

INSCRIÇÃO / ATUALIZAÇÃO DE ASSOCIADO

Nome: ____

Endereço: ______________________________ Cx. Postal: ________

CEP: __________ Cidade: ____________________ Estado: ________

Telefone: ____________ Profissão: ___________________________

Sexo: ___________ Data de nascimento: ________________________

E-mail: ____

COLECÕES / TEMAS DE SEU INTERESSE:

____

____

____

____

____

Anuidade para Sócio:
☐ Efetivo ☐ Juvenil ☐ Corresp. Brasil ☐ Corresp. Exterior

Data: ____________ Assinatura: ____________________________